

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.5027806>



TRABALHO PSICOSSOCIAL COM FAMILIARES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Amanda dos Santos Lima¹

Renan Vieira de Santana Rocha²

Iago Lôbo Siqueira Rodrigues³

Resumo

Este artigo trata-se de um Relato de Experiência de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, junto a um curso de graduação em Psicologia de uma Universidade na cidade de Salvador/BA, e que teve como campo de práticas um programa de assistência a pessoas em situação de rua na capital baiana. O objetivo da intervenção consistiu em realizar atendimentos psicossociais a familiares de pessoas em situação de rua. Visto o momento de isolamento social, devido à pandemia da COVID-19, assim como as demais áreas profissionais, a Psicologia teve que reformular seus métodos de trabalho, aderindo ao modelo remoto de atendimento. Diante disto, e através de uma reformulação do fazer também em Psicologia Social Comunitária, foi possível constatar e concluir que os atendimentos resultaram na percepção do que é uma família invisibilizada e de como esta condição social interfere em seus laços afetivos, estimulando, por parte de nossa profissão, e no cuidado a pessoas em situação de rua, constantes reinvenções do saber-fazer profissional em saúde e de âmbito psicossocial.

Palavras-chaves: COVID-19. Família. Pessoas em Situação de Rua. Psicologia Social. Vulnerabilidade Social.

Abstract

This article is an Experience Report of a Specific Internship in Psychological Interventions, along with an undergraduate course in Psychology at a University in the city of Salvador/BA, which had as a field of practice a program of assistance to people in street situation in the capital of Bahia. The objective of the intervention was to provide psychosocial care to family members of homeless people. Given the moment of social isolation, due to the COVID-19 pandemic, as well as other professional areas, Psychology had to reformulate its working methods, adhering to the remote care model. Given this, and through a reformulation of doing also in Community Social Psychology, it was possible to verify and conclude that the services resulted in the perception of what an invisible family is and how this social condition interferes in their affective ties, stimulating, on the part of our profession, and in caring for people living on the streets, constant reinventions of professional health and psychosocial know-how.

Keywords: COVID-19. Family. Homeless Population. Social Psychology. Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de um relato de experiência, desenvolvido a partir de um Estágio Específico em Intervenções Psicológicas, no âmbito de um curso de graduação em Psicologia, de uma Universidade na cidade de Salvador/BA, e que teve como campo de práticas o Programa Corra Pro Abraço. Enquanto iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, este Programa tem como objetivo acolher grupos vulneráveis, baseando sua prática nas estratégias de redução de danos, na

¹ Psicóloga, graduada pela Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: amandasantos@outlook.com.br

² Psicólogo e Mestre em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: renanvsr@gmail.com

³ Psicólogo e Mestrando em Saúde Coletiva. Supervisor de Equipe no Programa Corra pro Abraço. E-mail: ialobosr@gmail.com



intenção de aproximar seus assistidos às políticas públicas existentes. O campo de trabalho é, portanto, multidisciplinar, e tem como principal público a população em situação de rua (a qual, a partir daqui, denominaremos como PopRua) (ARAÚJO; SAAD, 2019).

Desenvolvido entre os meses de Agosto e Dezembro/2020, tinha como objetivo de trabalho oferecer acompanhamento psicológico a familiares dos assistidos do programa, para elaboração de um cuidado mais amplo e que abarcasse suas diversas necessidades. Todas as atividades desenvolvidas tiveram como base as premissas da Psicologia Social Comunitária, que busca vincular sua prática na construção de autonomia do sujeito através do processo de corresponsabilização. A Psicologia Social Comunitária é um campo da Psicologia que busca, através dos estudos sociológicos e do comportamento humano, desenvolver uma prática pautada na ética, intentando construir intervenções baseadas e realizadas dentro dos contextos sociais, comunitários e territoriais dos mais diferentes indivíduos. Dentre as principais linhas de pesquisa e atuação de psicólogas/os sociais estão: as influências sociais, discriminação, preconceito, grupos, comunicação das massas; para se compreender como as situações sociais podem interferir positivamente ou negativamente nos comportamentos sociais, entendendo o processo no qual esta mudança pode ocorrer e a natureza da situação (ARONSON, 1979).

Neste artigo, apresentaremos a prática desenvolvida por uma estagiária de Psicologia, devidamente supervisionada, no contexto do acompanhamento a uma familiar de uma pessoa em situação de rua, orientada pelos pressupostos da Psicologia Social Comunitária. Os atendimentos ocorreram, diante do contexto pandêmico, exclusivamente na modalidade remota. Isto, por sua vez, que permitiu uma reformulação e abertura a novas modalidades de trabalho dentro da Psicologia Social. Por conta dos atravessamentos do caso, e por não ter um estabelecimento contratual clínico convencional, os encontros não tiveram um acordo rígido quanto a duração e dia, mas ocorreram com o mínimo de um (01) encontro por semana.

CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

A Invisibilidade Social: Quem os acolhe?

Quando iniciamos uma fala sobre a população em situação de rua e/ou sobre seus familiares, como é caso deste artigo, não podemos ignorar em qual modelo de estrutura social estes se encaixam, e quais atravessamentos derivam desta condição; então, iniciamos a contextualização deste trabalho abordando a vulnerabilidade social como questão, o que ela é e como ela permeia ou se enquadra no cenário da “PopRua” (nomenclatura costumeiramente utilizada para se referir à população em situação de rua, e a qual utilizaremos a partir deste ponto).



Desde a sua primeira citação em estudos, em meados dos anos 80, o termo “vulnerabilidade” foi associado a condições de saúde, dentro de conceitos e paradigmas um tanto restritos como os de “grupo e comportamento de risco”. Foi somente através do trabalho de movimentos sociais ligados aos direitos humanos que o termo avançou para este campo, passando a integrar também as noções de saúde pública (SCOTT *et al.*, 2018).

Podemos aqui tecer um paralelo deste conceito com o de “minorias políticas”: diferente do significado livre que o termo solto “minorias” pode indicar, as minorias políticas podem ser maiorias populacionais e estatísticas, e apesar disso, serem também grupos cujos corpos não estão representados nas diferentes instâncias de poder, não possuem um corpo marcado como corpo de poder social e político – ou, ao menos, não reconhecido como tal. O lugar ocupado por estes grupos ou populações, sejam eles negras/os, população em situação de rua, mulheres ou LGBTQIA+, entre outros, reflete a ideia de submissão, de improdutividade e impotência política. Erroneamente categorizados, ecoam a falta de representatividade e espaços de fala, que derivam da desigualdade social que permeia a nossa sociedade que, por sua vez, irá alimentar o fenômeno que denominamos *invisibilidade social* (TIBURI, 2018).

Logo, resultante de uma série de fatores, que derivam da condição de ser minoria política e estar em vulnerabilidade, um indivíduo é considerado invisível socialmente quando direitos humanos básicos – como, por exemplo: alimentação e moradia – lhes são negados, quando são segregados socialmente em classes e políticas públicas de cuidado e assistência não agregam as suas necessidades. O conceito de invisibilidade social, assim, não irá dialogar somente com a “PopRua”, mas, também, com os grupos sociais da qual eles derivam, a exemplo dos familiares consanguíneos, e com os que são por eles formados, como famílias não-consanguíneas e amigas/os, p. ex.

No que concerne à dimensão da pobreza, falamos ainda da falta, que é proveniente da desigual distribuição de renda, que foi herdada diante do movimento de exclusão de uma parte de sua população, através da condição escravista, que perdurou em nossa sociedade por mais de 400 anos. Não podemos definir *ser pobre* de uma forma universal, e sob um único olhar; mas, no geral, fazer parte deste grupo corresponde a não conseguir um padrão financeiro estável e desejável socialmente, resultando em perda ou alteração significativa em aspectos básicos para sua própria subsistência, manutenção e/ou de sua família (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

A reverberação dessa condição social, dentro de uma sociedade capitalista, é perpetuada de forma ainda mais negativa. Dentro da sua concepção, o capitalismo dissemina que os direitos e o poder social derivam da quantidade de capital financeiro que um indivíduo possui. Advindo de uma mentalidade burguesa, o sistema capitalista busca erroneamente afirmar que todo sujeito pobre é inútil



social e politicamente, cabendo a estes tão somente servir aos que, de verdade, contribuem para sociedade; que, em sua perspectiva, são aqueles que fazem parte da “classe média e/ou alta” brasileira (COMPARATO, 2011).

Estando expostas/os a tais condições, resta às políticas públicas e sociais proporcionar uma equidade social, uma vez que elas têm como objetivo principal discutir e elaborar estratégias para suprir as necessidades sociais; ainda que, apesar de ser esperada essa função por parte das instituições e agentes do Estado, na maioria das vezes, o que se percebe é uma abstenção ou ausência (SCARCELLI, 2017). Estas situações e condições de vida nos remetem à pergunta: quem acolhe tais populações?

Diante desta perspectiva, é que o Programa Corra Pro Abraço trabalha, compreendendo a sua atuação como uma mediação de acesso a direitos que já se encontram assegurados em lei, mas que, por vezes, esbarrarão em barreiras de acesso para estas populações vulneráveis/vulnerabilizadas/*vulneradas* – no campo da bioética, o médico e professor baiano Antônio Nery Filho, pioneiro da redução de danos no Brasil, vem utilizando o termo “vulneradas” para se referir àquelas populações que já apresentam uma vulnerabilidade instalada, cujas consequências já são visíveis, diferenciando das vulnerabilidades, estas potenciais, a quais todos nós, seres vivos, estamos suscetíveis.

É também a partir desta premissa (construída a partir do trabalho das equipes e observação das mesmas sobre a população com quem trabalha) que a intervenção da Psicologia também se assenta, e a partir dela é que os atendimentos se construíram, buscando ofertar um espaço de acolhimento das diversas questões sociais apresentadas no discurso das pessoas assistidas, não se restringindo a demandas estereotipadas do se espera por parte da Psicologia – em termos, p. ex., de seu exercício clínico psicoterápico padronizado ou socialmente já conhecido e reproduzido no imaginário popular.

PROBLEMÁTICAS E PÚBLICO-FOCO

Nuances entre a “casa” e a “rua”: Podemos ter mais de um lar?

A experiência que queremos aprofundar circunda o acompanhamento de um caso bastante peculiar, que se deu a partir de uma intervenção em equipe junto a uma família, constituída por um adolescente e uma avó. Diante do grande movimento casa-rua do adolescente, e os conflitos familiares que derivavam desta condição, foi perceptível a necessidade de intervenção psicossocial, especialmente junto aos familiares do assistido. Neste trabalho, portanto, focaremos o nosso olhar na experiência do atendimento à responsável legal e avó deste assistido, tendo-a enquanto público-foco para realização do trabalho.



Por questões de sigilo, trataremos ela (responsável legal e avó) como T. Uma mulher negra, de 63 anos de idade, residente de um bairro periférico de Salvador/BA. Seu neto será identificado aqui neste trabalho como F., um adolescente trans, de 15 anos, que vive em um movimento casa-rua intenso desde os 13 anos. Não coube, no decorrer dos atendimentos, nem aqui se faz necessário julgar, qualificar e/ou classificar as motivações que impulsionavam este movimento de entradas e saídas do ambiente doméstico para a rua e vice-versa, pois tínhamos como objetivo principal intervir nas relações familiares, buscando, junto aos envolvidos, uma compreensão de tais conflitos intrafamiliares, na linha da mediação.

Como dito anteriormente, a grande movimentação por parte do adolescente foi considerada por T. o ponto de partida para as discussões e conflitos familiares. Residindo somente com F. e um outro parente, é daí que advém as principais problemáticas relacionais, que derivam do não entendimento, por parte de T., acerca dos motivos para o “abandono do lar” por parte de F. O aparente par de opostos “casa-rua” se faz presente aqui na representação familiar desses espaços como lugares de acolhimento e segurança, e de perigos e vulnerabilidades, respectivamente, enquanto para F. o diálogo entre esses espaços é tão mais presente, a ponto de considerar um extensão, complementação e até substituição do outro.

Diante disto, alguns questionamentos surgem: O que é um lar? Podemos ter mais de um? O que produz esse movimento pendular de entradas e saídas do ambiente da rua? Qual o lugar da família nestas relações? Perguntas que só puderam ser respondidas através da análise da experiência aqui apresentada, em que, posteriormente, discutiremos como foi construir cuidado com e para T.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

O Método, a Psicologia e a Pandemia

Metodologicamente, este trabalho trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência (DALTRO; FARIA, 2019). Nele buscaremos analisar e discorrer sobre os fatos apresentados no atendimento de um familiar de um jovem em situação de rua. Os atendimentos tinham como objetivo principal realizar uma escuta ativa na qual fosse possível identificar as problemáticas familiares que pudessem estar causando danos nos laços afetivos entre avó e adolescente e, conseqüentemente, criar intervenções psicológicas para tais problemáticas (FONTELLES *et al.*, 2009).

Diante do contexto pandêmico que vivemos, vale ainda registrar, medidas sanitárias foram impostas para evitar a propagação do coronavírus, SARS-CoV-2, responsável pela pandemia da Doença do Coronavírus 2019 – COVID-19 (SENHORAS, 2021), sendo a maior delas o distanciamento social,



que consiste na reclusão social domiciliar, com intuito de evitar aglomeração e conseqüentemente a propagação do vírus. Isto forçou a reformulação de diversas atividades profissionais, e a atuação dentro da Psicologia Social Comunitária não ficou à parte deste movimento, buscando novos métodos para estabelecer vínculo e contato (ROCHA; BRAMBILLA; BARROS, 2020), visto que estes são a base para construção de um plano de cuidado efetivo. Deste modo, utilizamos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para diminuir os impactos negativos do distanciamento social, e os atendimentos foram realizados na modalidade remota, no turno vespertino, uma vez na semana, não tendo um dia e horário fixo, por conta das demandas do caso e do cenário no qual nos encontrávamos, o que exigiu de todas e todos flexibilidade.

As intervenções do caso tiveram como base ainda a premissa da mediação e da resolução de conflitos, que busca, através do entendimento da multiplicidade e da complexidade do termo *família*, e utilizando-se das técnicas psicológicas, propor a comunicação assertiva e a escuta não punitiva das adversidades derivadas da relação familiar (MÜLLER; BEIRAS; CRUZ, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construindo o Cuidado

Diante do espectro onde o caso se apresenta, e do modelo temporário e remoto de se fazer Psicologia, tornou-se ainda mais complexa a ideia de construir, junto à atendida, o cuidado. O caso, a princípio, foi indicado a nós pela necessidade de produzir mediação entre T. e F., sendo prioritário, para as intervenções em Psicologia, a escuta e o acolhimento da avó (T.), considerando que F. já vinha sendo acompanhado mais contínua e regularmente pela equipe do Programa. Como em suas saídas de casa, F. acaba por estar em situação de rua, e por ser adolescente, era imprescindível acionar a família como polo produtor de cuidado, lócus em que a Psicologia encontrava o cerne de sua atuação, neste caso.

Como uma das provocações oriundas destes atendimentos, por conseguinte, surge a necessidade de compreensão do que venha a ser uma família, assim como os conflitos e laços que possam vir (ou não) a “estruturar” um lar. O conceito de família é cada vez mais dinâmico; a ideia patriarcal de família que compunha homem, mulher e sua prole, derivada da união matrimonial, não mais é considerada a única categorização do que é família; assim como não é mais definido “família” somente como os indivíduos que possuem parentescos consanguíneos. Ou seja, não há mais uma delimitação estrita, fechada, do construto “família”, e apesar de haver uma construção social simbólica, cada família independe em sua constituição, construindo a sua própria história, seus laços e suas delimitações de convivência (SARTI, 2004).



Diante de tais perspectivas, se constitui a configuração familiar do caso. T., mãe de quatro filhos e avó de três netos, sempre agiu e foi considerada como “chefe da família”, por arcar com os custos financeiros (Trechos retirados do Diário de Campo). No decorrer de sua vida, seus filhos construíram seus próprios laços familiares. Hoje, traz como núcleo familiar um neto e um filho, que ainda convivem na mesma residência. Vincula, instantaneamente, família ao lar, uma vez que este é considerado, socialmente, como o local onde residem os familiares. O movimento de F. entre casa e rua, por sua vez, faz sua família questionar seus laços de afetividade, uma vez que acreditam que somente “uma falha” nesta configuração pode gerar tal condição. A nós, levanta-se o questionamento: podemos ter mais de um lar?

Para responder a tais questionamentos, utilizaremos como base as premissas padrões do “que” ou “quem” pode ser compreendido como um lar: um espaço seguro, acolhedor, com laços afetivos e, eventualmente, possíveis conflitos de convivência. Porém, na nossa perspectiva de trabalho, interessamos analisar, complementarmente, o contexto social onde estes lares se estabelecem.

Note-se que a família reside em uma casa não própria, localizada em um bairro periférico da cidade de Salvador, que sofre com as políticas nacionais sustentadas no paradigma de “guerra às drogas”. Constituída por uma mulher negra, um jovem trans e uma pessoa portadora de deficiência, a família se enquadra dentro do que já conceituamos como um conjunto de minorias políticas. Tem-se como único subterfúgio financeiro um salário mínimo, pago através de Benefício de Prestação Continuada (BPC).

É importante para o nosso fazer, enquanto psicóloga/o social, considerar, descrever e compreender o contexto sociofinanceiro, já que devemos intervir junto às circunstâncias concretas onde os indivíduos se apresentam, buscando utilizar este contexto, também, como ferramenta de trabalho (MARTÍN-BARÓ, 1997). T. representa, nesta configuração familiar, a mantenedora financeira da família, mas a vulnerabilidade social e econômica é presente, e fica visível em situações que precisam excluir necessidades e atividades básicas (como, por exemplo, compra de novas vestimentas), para darem conta dos gastos mensais possíveis.

Entendendo o contexto social de trabalho, se faz necessário, como próximo passo para construir a análise, entender a conjuntura familiar, seus laços e seus conflitos. A principal problemática do caso arremata-se nas nuances do movimento casa-rua, mas, diante dos acompanhamentos, foi possível identificar algumas questões intrafamiliares que perpassam e se vinculavam à problemática principal, sendo elas: religião, gênero e sexualidade, uso de substâncias psicoativas e alguns aspectos transgeracionais, que se farão perceptíveis no decorrer deste tópico.



Contudo, antes de adentrarmos tais questões, é interessante, para entendermos a experiência em sua complexidade, entendermos um pouco da história de vida de T., antes mesmo dela constituir a sua própria família. Filha mais velha dentre sete irmãos, era a encarregada, junto à sua mãe, dos cuidados destes e da casa, onde teve uma criação que considera “rígida” pela quantidade de regras em casa. Descreve com afeto a relação com os pais, apesar de achar que eles eram autoritários. Tinha conflitos com o pai por conta do uso de álcool, por comportamentos derivados deste consumo e por não “querer mais seguir suas regras”, como traz em um dos atendimentos. Ela decide sair de casa quando tinha em torno de 24 anos de idade, já sendo mãe de dois dos seus filhos. Quando fala de si mesma, assim, ela se descreve como: “mãe, guerreira, autoritária, trabalhadora, crente no nome de Deus” e que, apesar de tudo, teve “uma família feliz”, e que construiu “uma família feliz, apesar dos conflitos que tem com F.” (Trechos retirados do Diário de Campo).

Descrever e ouvir a história desta família nos leva a identificar alguns aspectos transgeracionais que consistem na herança de hábitos, costumes, valores, padrões de comportamentos, que perpassa entre gerações de uma mesma família (ALMEIDA, 2008). T sai de casa por conflitos com o pai, que considera autoritário e também pelo consumo de drogas que este fazia; seu filho sai de casa por conflitos familiares, que derivaram (e ao mesmo tempo não) do uso problemático de substâncias psicoativas; F afirma sair de casa pelo excesso de autoridade de T e, nas ruas, também passa a fazer uso abusivo de drogas. Isto, com salvaguardas, nos leva a compreender que existe a herança de elementos psíquicos na família que carregam “predisposições” para buscar em outro local ou em substâncias psicoativas aspectos que não encontram dentro do lar (ALMEIDA, 2008). Não podemos dizer com certeza quais são estes aspectos que se apresentam como “falha” ou “excesso”, mas que o fato de membros estenderem a casa na rua ou buscarem nela o que lhe falta, torna a família vulnerável em diversos aspectos, uma vez que “viver na rua” é estar suscetível a violências, estas que podem vir reverberar nos laços familiares. Logo, ao mesmo tempo, “estar na rua”, para tais sujeitos, pode ser um meio de encontrar ou suprir uma necessidade, que seu “lar” convencional não consegue oferecer e/ou compreender. O porquê de tornar a rua “um novo lar”, aqui, também não pode ser afirmado, mas, diante de estudos, podemos arriscar que seja por uma possível identificação social.

O que concluímos disso é que dentro das configurações padrões não temos um lar “completo” ou “perfeito”, mas “lares”, espaços que irão se complementar e ofertar bases sociais acolhedoras para as diversas demandas que temos, e que em algum momento nos farão sentir seguros, através dos diversos laços afetivos que podemos construir. Esta é a compreensão que fazemos sobre o movimento casa-rua do adolescente, buscando neste espaço a completude e formulação do seu próprio “lar”.



Mesmo diante desta hipótese sobre a problemática principal, ainda estávamos construindo cuidado junto a T. de forma ética, sem que nada sobre tal caísse sob sua total responsabilidade, buscando dialogar sobre os outros aspectos que permeiam o movimento casa-rua de seu neto, com a intenção de minimizar os efeitos negativos desta condição. Duas outras dimensões de trabalho, com efeito, se destacaram, que são os conflitos existentes entre a religião cristã seguida por T. e a identidade de gênero/sexualidade apresentada por F. Como já foi citado, F. é um jovem homem trans, em situação de rua, o que nos permite dizer tratar-se de uma pessoa invisibilizada socialmente, primeiro pela sua identidade de gênero, segundo pela sua condição social. T., uma mulher, negra, periférica, analfabeta funcional e idosa; ou seja, também ela categorizada dentro do espectro das minorias políticas. Ambos nestas condições, não vêm ofertados com frequência espaços de fala e de aprendizado, para que possam realizar trocas, tirar dúvidas. A falta deste espaço ou momento faz com que surjam conflitos entre as gerações, o que podemos considerar até um certo ponto “normal”, dentro da convivência familiar. Mas, quando uma das partes busca justificar ou compreender as relações com base nos seus próprios preceitos, ou em sua fé, por exemplo, um problema que poderia ser discutido com maior simplicidade torna-se em uma crença rígida que, por si só, traz a sensação de insolubilidade, gerando diversos conflitos familiares entre T. e F.

O que ocorre no caso que aqui se apresenta é por uma falta de acesso a informações, o que é comum a pessoas em situação de vulnerabilidade social. T. busca nos meios possíveis entender e justificar a identidade de gênero e a sexualidade de F., e o caminho que encontra é através da religiosidade/ensinamentos/dogmas cristãos(ãos). Assim como na situação anterior, a sexualidade já foi pauta de discussão na família, uma vez que uma das filhas de T. se afirma lésbica. Ela passa, então, a buscar informações sobre como lidar com tal questão, que, para ela, era nova, como traz em sua fala: “Busquei vídeos no YouTube, para entender essas questões de F. e da minha filha, e não entendi muito bem, mas aceito, desde que elas não fiquem por aí esfregando isso na cara dos outros, o que tiverem que fazer, que façam dentro de casa” (Trechos retirados do Diário de Campo). Esta é uma das falas que demonstra diversos pontos importantes, onde, por exemplo, e apesar dos pesares, há muito afeto nas relações dentro da família, pois ela demonstra buscar meios de manter uma relação saudável.

Outro ponto importante deriva do medo ao preconceito que seus familiares podem sofrer, que fica mais evidente a cada fala. Para a Psicologia Social, de forma ampla, preconceito nos remeterá à espera de certas características ou comportamentos sob um objeto ou ser humano, que é estereotipado e julgado por um único viés (ARONSON, 1979; MARTÍN-BARÓ, 1997). Este medo é evidenciado melhor na seguinte fala: “Você viu na televisão, o homem foi espancado porque é gay. É isso que falo



com F., essas coisas podem acontecer, ainda mais na rua, que ninguém respeita quem está na rua” (Trechos retirados do Diário de Campo).

Estas indagações demonstram certa consciência sobre o que é fazer parte de um grupo social que foi invisibilizado, assim como demonstra a luta de tais famílias para manter seu ente seguro. Não estamos aqui compactuando ou julgando os métodos de T., mas fazendo uma leitura crítica do caso, pois são diversos os momentos durante o atendimento em que ela expressa preocupação, por vulnerabilidades sociais, por ausência ou desmantelamento de políticas públicas que deveriam dar assistência a tais públicos, por não ter condições financeiras de ofertar um espaço seguro para sua família, por não poder ofertar nada além do mínimo, entre outros exemplos.

De posse destas informações sobre o caso, temos, agora, maiores e melhores condições de refletir sobre a experiência em si, tendo em conta o fazer profissional a partir da Psicologia Social.

AVANÇOS E DESAFIOS

Afinal, o que é fazer Psicologia Social?

Diante das especificidades do caso, o programa teve que realizar diversos matriciamentos, com o objetivo de atender às demandas familiares de maneira o mais integral possível. E o resultado destes movimentos, com certeza, foi o maior avanço para o caso, uma vez que a equipe do programa que atendia especificamente F. conseguiu local de acolhimento para ele, fazendo com que o movimento que, antes, era casa-rua, passasse a ser casa-unidade de acolhimento. Esta condição reverberou positivamente na relação familiar e nos laços afetivos entre T. e F. Fez com que os atendimentos que eram realizados com a avó pudessem ser mais direcionados a ela, e não somente às problemáticas familiares, o que enfatizou a importância da existência de um programa como o Corra Pro Abraço, que realiza seu trabalho dentro da perspectiva transdisciplinar.

Também levando em conta as especificidades do caso e, principalmente, as condições de trabalho impostas pela pandemia, um dos principais desafios era como ofertar um espaço de produção de saúde, tendo como base a Psicologia Social em um modelo de atendimento remoto. Para tal, se fez necessário repensar o fazer da Psicologia, e buscar reformular o pensamento sobre o que é atendimento psicológico, utilizando, por exemplo, estudos de autores como Martín-Baró (1997) que, em seus escritos, traz o transformar as condições opressivas do seu contexto em condições de trabalho. E, assim, foram traçadas estratégias e levantadas perspectivas técnicas, para que, mesmo à distância, um vínculo fosse construído, para transmitir confiança à pessoa que estava do outro lado do telefone, buscando sempre, através da escuta, ativar, fomentar pontos de diálogos necessários, para que pudessemos



cumprir o objetivo de nossa intervenção e, ao final, não somente “oferecer um espaço de fala”, mas, um local fértil onde, juntas, estagiária e assistida, promovêssemos saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados e da experiência vivida, podemos dizer que, em suma, os familiares da população em situação de rua, assim como eles, são pessoas invisibilizadas. Pertencentes ao grupo de minorias políticas, por terem seus direitos ignorados pelas autoridades do Estado, faz-se com que fiquem em posição social vulnerável, impedidos muitas vezes de construir um espaço familiar seguro e adequado junto aos seus entes. Como foi possível observar neste trabalho, a ideia de família ou a idealização do que vem a ser um espaço familiar irá perpassar não somente pelas nossas experiências individuais, mas, também pelo contexto social no qual essa família se estabelece, que envolve desde o seu local de moradia aos grupos sociais que seus entes ocupam. Esta condição resulta responsabilidade em nós, enquanto profissionais de saúde, e leva-nos a buscar, através da ética e da corresponsabilização, formular junto e para com estes grupos vulneráveis/vulnerabilizados/*vulnerados* estratégias e meios para que o restante da população e, principalmente, as instâncias governamentais, retirem a sua concepção social preconceituosa do fronte.

Tal como, podemos construir trabalhos baseados nas nossas experiências, como é o caso deste artigo, que possa trazer a discussão para fora da *bolha* das equipes de cuidado, tendo como objetivo utilizar dos nossos privilégios enquanto acadêmicas/os para ofertar o máximo de visibilidade possível para as condições de vida desta população, que não é minoria quantitativa, mas é ignorada por uma sociedade capitalista.

Assim, os elementos que apresentamos acima, destaque-se, são excertos do caso, que podem nos auxiliar na apresentação e na compreensão macroscópica da experiência vivida, a qual queremos, prioritariamente, compartilhar. Assim, mais do que nos atermos a um caso em específico, em si, queremos e aqui procuramos apresentar elementos que pudessem colaborar nesta *visão de sobrevôo* de uma experiência em Psicologia Social direcionada à população em situação de rua, levantando provocações sobre estar e atender a familiares de pessoas em situação de rua – quanto mais no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Concluímos, portanto, este trabalho, enfatizando a importância de programas como o Corra Pro Abraço, e a relevância de sua expansão, em termos de pesquisas e publicações, em caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que sua premissa de cuidado busca respeitar o sujeito em sua individualidade, oferecendo, dentro das possibilidades do seu contexto, estratégias e métodos de produzir saúde e



resgatar a cidadania de indivíduos que foram, por um aspecto social e econômico, invisibilizados e marginalizados na sociedade brasileira – podendo servir, potencialmente, como um exemplo de boas práticas a serem ponderadas no desenvolvimento de novas tecnologias de cuidado para futuras/os profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. S. “A Força do Legado Transgeracional numa Família”. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 10, n. 2, dezembro, 2008.

ARAÚJO, E. T.; SAAD, L. **Outros Caminhos são Possíveis – Corra Pro Abraço: Ação Pública de Redução de Riscos e Danos para Populações Vulneráveis**. Salvador: Comunidade Cidadania e Vida, 2019.

ARONSON, E. **O Animal Social: Introdução ao Estudo do Comportamento Humano**. São Paulo: IBRASA, 1979.

BARROS, P. R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. “Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma Estabilidade Inaceitável”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, maio, 2000.

COMPARATO, F. K. “Capitalismo: Civilização e Poder”. **Estudos Avançados**, vol. 25, n. 72, janeiro, 2011.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. “Relato de Experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 19, n. 1, abril, 2019.

FONTELLES, J. M.; SIMÕES, G. M.; FARIAS, H. S., FONTELLES, G. S. R. “Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um Protocolo de Pesquisa”. **Revista Paraense de Medicina**, vol. 23, n. 03, setembro, 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. “O Papel do Psicólogo”. **Estudos de Psicologia (Natal)**, vol. 2, n. 1, maio, 1997.

MÜLLER, F. G.; BEIRAS, A.; CRUZ, R. M. “O Trabalho do Psicólogo na Mediação de Conflitos Familiares: Reflexões com Base na Experiência do Serviço de Mediação Familiar em Santa Catarina”. **Aletheia**, n. 26, dezembro, 2007.

ROCHA, R. V. S.; BRAMBILLA, B. B.; BARROS, B. D. “Saúde Mental em Contextos de Pandemia e Isolamento Social: Tarefas para as Trabalhadoras e Trabalhadores da Saúde”. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, vol. 8, n. 3, setembro, 2020.

SARTI, C. A. “A Família como Ordem Simbólica”. **Psicologia USP**, vol. 15, n. 3, julho, 2004.

SCARCELLI, I. R. **Psicologia Social e Políticas: Pontes e Interfaces no Campo da Saúde**. São Paulo: Zagodoni, 2017.



SCOTT, B. J.; PROLA, A. C.; SIQUEIRA, C. A.; PERREIRA, R. R. C. “O Conceito de Vulnerabilidade Social no Âmbito da Psicologia no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Literatura”. **Psicologia em Revista**, vol. 24, n. 2, agosto, 2018.

SENHORAS, E. M. “O campo de poder das vacinas na pandemia da COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 18, 2021.

TIBURI, M. **Feminismo em Comum**: para Todas, Todes e Todos. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima